

## MOBILIZAÇÃO, TERRITÓRIO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS E ARENAS PÚBLICAS NO BAIXO TOCANTINS

Isaac Fonseca Araújo, Maria José da Silva A. Teisserenc

### RESUMO

Neste artigo é analisada a relação entre mobilização, território e a emergência de novos sujeitos políticos e ações no espaço público. Adotando-se alguns procedimentos de base etnográfica, a pesquisa focou, a partir dos anos de 1980, experiências no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, Nordeste do Pará, sendo aqui analisados dados obtidos através de entrevistas, de observação direta e indireta, sobre fatores históricos, sociais e político-ideológicos relacionados a movimentos sociais e ações locais em um contexto de ambientalização e territorialização na Amazônia brasileira. Para o eixo teórico contribuem as perspectivas da mobilização, da ação e da arena pública, assim como da coexistência de modelos de sociedade e de um território de ação local. No processo analisado destacam-se experiências de organização política e de empreendimentos produtivos nos quais o sentimento de pertencimento ao território constituiu fator importante para a mobilização, permitindo aos atores engajados produzir e pilotar localmente ações enquanto sujeitos políticos que conformam uma arena pública, ao modificarem relações na base econômica em um processo territorial de ação local.

**Palavras-chave:** Mobilização; Arena pública; Território de Ação; Baixo Tocantins; Amazônia Brasileira

## MOBILIZATION, TERRITORY AND THE EMERGENCE OF NEW SUBJECTS AND ARENAS IN THE LOW TOCANTINS (BRAZIL)

### ABSTRACT

*This article evaluates the relation between mobilization, territory and the emergence of new political subjects and actions in the public space. The study adopts some technical procedures of ethnographic research, focusing, through interviews, on direct and indirect participation, historical, social and political-ideological factors of social movements and legal actions in a context of environmentalization and territorialization in the Brazilian Amazon, specifically in the Low Tocantins Territory Citizenship, since 1980. The theoretical axis receives contribution from the perspectives of mobilization, the action and the public arena, as well as from the coexistence of models of society in a territory of local action. Highlighted in the analyzed process are the experiences of political organizations where feelings of belonging to the territory have been an important factor for the mobilization, permitting players committed to produce and conduct actions locally as political subjects who conform a public arena, when they modify the relations in the economic base in a territorial process of local action.*

**Key words:** Mobilization; Public Arena; Territory; Low Tocantins; Brazilian Amazon

---

Mestre em Ciências Sociais (Sociologia/UFPA). Atual presidente do Instituto Caboclo da Amazônia, de Cultura, Educação Popular, Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável (Incam). E-mail: isaac.educador@hotmail.com.

Doutora em Ciências Humanas. Professora Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. E-mail: mjaq@uol.com.br.

---

## INTRODUÇÃO

A formação histórica do Baixo Tocantins, situado no Estado do Pará, tem-se configurado – em termos de tecido sociopolítico – por um conjunto de mobilizações e/ou movimentos produzidos por atores sociais em um processo de territorialização. Trata-se de uma dinâmica que desde os anos de 1980, se expressa, entre outros, pela criação de organizações e empreendimentos econômicos de natureza associativa relacionados a essas mobilizações. Mobilizações, que simultaneamente produziram movimentos, imbricada na ação engajada da Igreja Católica no Baixo Tocantins, sobretudo a partir da criação das comunidades cristãs (CCs) e pastorais sociais.

Inicialmente por ação de agentes ligados à Igreja e, num segundo momento, por influência de movimentos sociais, desencadeou-se nesse subespaço regional uma dinâmica de politização e luta pelo espaço público que atendeu pelo nome de Movimento de oposição sindical, cujo resultado mais significativo foi a conquista, por atores do “campo e das águas”, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de Pescadores em toda a região.

Percebe-se que a politização dos movimentos e os mecanismos mobilizatórios dos se lançou mão conduziu os atores a uma ofensiva programática traduzida em participação. Uma participação que contribui decisivamente, à medida que foram sendo adotadas novas referências, inclusive de caráter ambiental, para a constituição de uma realidade material e subjetiva de um território e de uma territorialidade (LITTLE, 2002) particulares, nos quais assume papel importante a experiência comunitária e a ação coletiva contribuindo para a estruturação de uma arena de debates e a produção de um espaço público. E é neste espaço, então, onde se confrontam interesses e perspectivas e se busca acordos para fazer face à desestruturação das bases produtivas tradicionais da região, sobretudo causada pela instalação de grandes obras de infraestrutura, de empreendimentos mineradores, de monocultura,

de vasto alcance em termos de impactos sociais tanto quanto ambientais.

Para acompanhar e analisar aspectos relativos à dinâmica associativa, de participação e de coprodução de ações locais, na dinâmica já referida, adotou-se recursos de base etnográfica, tais como a observação direta e a observação participante enquanto do processo investigativo no qual está envolvido um dos autores desse artigo. Assim, há, portanto, um valor substantivo conferido ao trabalho de campo, via por excelência utilizada na busca de compreensão mais adequada do processo em perspectiva. Numa investigação de caráter microsociológico como esta, a abordagem etnográfica ganha relevo e, por isso, se justifica. Nela

O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Não podemos, portanto, falar em *etnografia* sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa e se grande parte dos dados e das análises que advém no espaço-tempo da pesquisa for obtida por outras vias (CEFAI, *et al.*, 2011, p. 10).

Para obter dados sobre a mobilização de atores e sua relação com a organização de projetos coletivos, priorizou-se a busca de dados primários coletados não somente a partir da observação direta, mas também de entrevistas com auxílio de questionário semiestruturado (GOLDENBERG, 2004). A rigor, perseguiu-se uma reflexão enraizada na captura de dados *in vivo*, “na constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e seu território e na recusa de expli-

cações ‘transcendentais’, cujas categorias e hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão” (CEFAI, 2011, p. 11).

## 1. QUADRO TEÓRICO

Integrado à abordagem da sociologia da ação e, dentro dela, da sociologia pública (TOURAINÉ, 2009; BRAGA E BURAWOY, 2009), o quadro conceitual deste trabalho está dirigido pela importância atribuída aos processos, experiências sociais específicas, enquanto objetos a serem acompanhados, pois

a sociologia não se define mais como o estudo da sociedade ou dos sistemas sociais gerais, mas, antes, como o estudo dos processos sociais por meio dos quais os determinantes econômicos e políticos, de um lado, e os atores individuais ou coletivos, definidos cultural e socialmente, por outro, possam ser ligados, dando origem à ação coletiva, a processos políticos e a atitudes pessoais ou grupais (TOURAINÉ, 2009, p. 246).

Processos sociais que, no caso da Amazônia brasileira, como compreendido por Philippe Léna (2002), relacionam-se a um contexto no qual coexistem três modelos de sociedades e seus respectivos ideários e ações de desenvolvimento. Assim, em confronto, mas também em composição, temos em funcionamento práticas sociais próprias de uma sociedade tradicional que se estruturou a partir da colonização; práticas próprias de uma sociedade moderna e desenvolvimentista que se estruturou na segunda metade do século XX e relações próprias de uma sociedade pós-moderna ou socioambiental que vem se estruturando desde os anos de 1990, no qual se cristalizaram lutas das chamadas populações tradicionais percebidas por Pierre Teisserenc (2010), com base em Enrique Leff (2006), como “novo ambientalismo social”. Entre si, estes, digamos, modelos de sociedade imersos em conflitos e contradições coexistem através de negociações e alianças.

Situados numa sociologia da ação e, dentro desta, na abordagem de processos em

experiências específicas, a ação local e o território são conceitos balizadores do exercício de análise ora empreendido. Conceitos tais produzidos em um movimento teórico amplo que, dentro das restrições de um artigo, não se pode recuperar. Importa, no entanto, deixar claro a filiação a uma compreensão de território plural e, por conseguinte, multiterritorialidades, para a qual convergem autores como Ricardo Abramovay e Luiz Carlos Beduschi Filho (2004) e Rogério Haesbaerth (2006). Portanto,

Territórios não são um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (Abramovay, 2003). Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns (ABRAMOVAY e BEDUSCHI FILHO, 2004, p. 38 – grifos na fonte).

Desse modo, concebe-se que a “mobilização de atores locais para o entendimento e para a organização de ações e projetos de caráter coletivo” (TEISSERENC e TEISSERENC, 2014) torna-se a condição primeira da existência do território e de ações locais envolvendo diferentes grupos e sujeitos. Nessa direção a ação qualifica o território, conferindo pertinência à ideia de território de ação local. Um território de ação local, portanto, uma realidade em movimento, em processo permanente, e onde se constituem arena em que os problemas públicos são expostos, tratados e, quando possível, resolvidos. Por consequência, trata-se de uma realidade onde os efeitos da ação pública repercutem, porque foram evidenciados nas atitudes dos atores, comportando-se o território de ação como espaço público no qual múltiplas territo-

rialidades informam interesses, estratégias, divergências e acordos entre os atores. Cabe então pensar essa realidade enquanto territorialização, na qual existe uma tensão permanente, inerente ao território em fluxo marcado pelos efeitos de fragmentação social oriundos da engenhosidade do capitalismo e pelas reivindicações dos atores. “Uma hibridação entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação espaço-tempo” (HAESBAERTH, 2004, p. 79, *apud* TEISSE-RENC, 2010, p. 164).

A produção de territórios, assim abstraídos, como resultado também de um contexto em que as demandas de caráter ambiental e os valores que as informam constituem, além da questão social, elementos de apelo e de justificação para mobilizações e enfrentamentos por atores em processos de territorialização, aqui referimos como ambientalização, e deve ser compreendida enquanto dinâmica que também emerge nos espaços públicos, nos quais são criadas as condições para o fortalecimento dos atores. Esses espaços tornados arenas ocupadas por diferentes sujeitos dispostos a jogar, em permanentes debates e negociações, é aqui tomado como:

lugar de produção, de circulação e de troca de conhecimentos. Mas os atores não inventam a partir do zero as justificações que eles dirigem aos seus públicos. Eles as buscam em repertórios de argumentação, típicos e recorrentes, identificáveis em outras situações de luta [...]. Por outro lado, eles também criam, dia após dia, os seus próprios argumentos, segundo os pontos estratégicos específicos da situação local (CEFAI, 2011, p. 90-91 – grifo nosso).

É, portanto, esse ponto de partida teórico a ser adotado para refletir a formação de um território com o dinamismo e a complexidade que o caracterizam, uma vez estabelecido o objetivo de realçar atores, mobilizações e ações produzidas significativos no território do Baixo Tocantins.

## 2. TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: UM PROCESSO

A denominação tradicional Baixo Tocantins, seguindo a forma de referir os lugares a partir da situação destes em relação aos rios, normalmente divididos em alto, quando à montante, médio e baixo quando à jusante, próximo da foz, foi assumida nos anos de 1970 e 1980 pelo movimento sindical rural e outros atores coletivos, entre eles o dos profissionais da educação. Integrando o que se passou a chamar de Baixo Tocantins estavam os municípios de Abaetetuba, Baião, Bagre, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Moju e Limoeiro do Ajuru, articulados por convergências políticas, socioculturais e econômicas.

A partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, os movimentos sociais assumiram a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Região do Baixo Tocantins, ou Região Tocantina – na qual foi incluído o município de Barcarena –, porção da Mesorregião Nordeste do Pará, formada pelas Microrregiões de Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba) e de Tomé-Açu (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu).

Em agosto de 2005, foi criado o Território Rural do Baixo Tocantins, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, integrante da nova Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como Território Rural, o Baixo Tocantins comportava nove municípios: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Moju.

No ano de 2007, o Governo do Estado do Pará, à época sob a direção do Partido dos Trabalhadores, através das ações de planejamento da SEIR (Secretaria de Integração Regional), passou a identificar o Baixo Tocantins como uma das doze Regiões de Integração (RI) do Pará.



Entendia-se àquela altura que a divisão anterior elaborada pelo IBGE não se adequava mais à complexidade social e econômica do Estado e, portanto, às políticas públicas exigidas. Políticas essas marcadas por uma lógica de transversalidade no planejamento político-administrativo do Estado, concebida especialmente por instituições oficiais (MAGALHÃES et al, 2012).

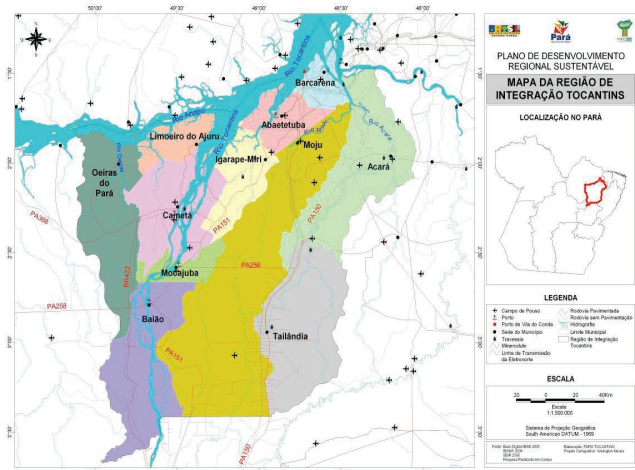
Em 2008, iniciou-se outra discussão no âmbito do Governo do Estado do Pará, com vistas à definição de prioridades para as políticas públicas estaduais, o que deu origem ao chamado PTP (Planejamento Territorial Participativo). Nesse período foram realizados 13 seminários territoriais para composição do Plano Safra 2008-2011 e debate sobre o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública – PROGATER. Estrategicamente, essas agendas subsidiaram as lideranças sociais e institucionais do Território Rural do Baixo Tocantins na sua definição programática, produzindo certo amadurecimento do próprio conceito de território. Todavia, enquanto programa governamental, o PTP foi descontinuado em 2011, quando o governo foi assumido pela oposição ao PT, então liderada pelo PSDB.

Também em 2008, o Governo Federal alterou sua Política de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que passaram a ser chamados de Territórios da Cidadania. Desde então o Baixo Tocantins comporta, do ponto de vista deste ordenamento territorial, além dos nove municípios já citados, os de Acará e Tailândia. A qualidade de Território da Cidadania, em tese, pode imprimir uma mudança positiva no contexto institucional do Baixo Tocantins, desde que sejam criadas condições para o fortalecimento da capacidade de mobilização dos movimentos sociais e qualificação dos poderes públicos locais, produzindo-se intercâmbios proativos pelos quais a promoção de políticas públicas de desenvolvimento seja o resultado mais concreto.

Seja como Território da Cidadania, ou Região de Integração, a recente formatação do Baixo Tocantins reflete um avanço na tra-

jetória política de articulação dos atores sociais aliada ao esforço de diferentes políticas governamentais cuja aliança denuncia um particular processo de territorialização desse ambiente amazônico. Utilizando a nomenclatura de RI, a Figura 1, a seguir, apresenta a disposição espacial das municipalidades que compõem o Baixo Tocantins, extraída do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (PDRS), elaborado pela Secretaria de Estado de Integração Regional do Pará (SEIR).

FIGURA 1 – MAPA DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TOCANTINS (RI)



Fonte: PARÁ (2010).

Com área de 36.024,20 Km<sup>2</sup>, o Baixo Tocantins possuía, em 2010, uma população de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 (52,79%) eram residentes na zona urbana e 349.302 (47,21%) em ambiente rural, conforme critérios utilizados pelo IBGE, contido no Censo daquele ano.

As pesquisas de Raimundo Valdomiro de Sousa (2002) e Armando Lirio de Souza (2011) apontam que o Território do Baixo Tocantins, há pelo menos três décadas, vem sofrendo inúmeras mudanças em sua caracterização, dinâmica, estrutura e ocupação. Trata-se de uma das áreas mais antigas de ocupação europeia na Amazônia, sendo formada por extensas áreas de várzeas e terra firme, ocupadas ao longo das vias de acesso que cortam seu território: corresponde a um subespaço em que o aspecto multidimensional talvez

seja a principal característica e cuja dinâmica possui elevado grau de complexidade.

Análise semelhante encontra-se no já mencionado trabalho de Magalhães et al. (2012). Para esses autores, a dinâmica do Baixo Tocantins evidencia a história da Amazônia brasileira que, desde os anos 1970, tem sido “objeto de forte intervenção estatal” traduzida na implementação de “ações e políticas públicas” que “incidem diretamente sobre as formas de apropriação” do espaço adotadas pelos sujeitos que o compõem, sobretudo quanto ao uso da terra (MAGALHÃES, et. al. 2012, p. 1). São diferentes políticas operando sobre um mesmo território com “distintos paradigmas de desenvolvimento e que resultam em transformação das relações sociais e territoriais”, desencadeando “um processo de des-territorialização e de reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais” (MAGALHÃES, et. al. 2012, p. 1).

Enquanto lugar, neste trabalho, considera-se como Baixo Tocantins a delimitação geográfica do Território da Cidadania homônimo, acreditando-se que, ao assumir a geopolítica construída pelos movimentos sociais, tal programa reconheceu as trajetórias de vida compartilhadas por essas sociedades amazônicas. Neste artigo, entretanto, não constitui um desafio de compreensão a maneira como tem sido denominada, classificada a base territorial objeto de estudo. Importa antes de mais esclarecer que essa dinâmica classificatória, reflete ela mesma as características das mobilizações e ações que conformaram um espaço público no Baixo Tocantins enquanto um processo, uma realidade territorial em movimento; territorialização portanto.

### 3. IGREJA CATÓLICA E AGENTES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA ORGANIZAÇÃO DE UMA BASE SOCIAL E NA PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO

Sem desconsiderar seus conflitos, suas contradições e fragilidades pressupõe-se que no cenário em análise adequa-se a compreen-

são de um território de ação, pois, depreende-se que a atuação dos atores, em certo sentido, tem possibilitado uma (re)configuração do tecido social e político do Baixo Tocantins. Tal processo se manifesta numa politização dos movimentos e os mecanismos mobilizatórios dos quais lançaram mãos os atores conduzindo-os a uma ofensiva programática traduzida em participação. Um ambiente criado à medida que os trabalhadores foram incorporando apelos e referências, ambientalizando espaços reais e abstratos, realidades materiais e subjetivas, marcando um território e territorialidades específicas com a experiência comunitária da ação coletiva e das lutas engajadas.

Compreende-se, dessa maneira, que ao engendrar mecanismos de mobilização dos movimentos sociais – quer seja pautado em negociações, quer se faça em arenas mediadas por lutas e conflitos – a ambientalização acompanha-se de uma territorialização, entendida (esta última) como processo que envolve atores e ações nas quais eles se engajam, relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de aliança ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes. Por meio de suas relações, esses atores juntos desenvolvem formas de apropriação, materiais e simbólicas, do espaço que comportam dimensões econômicas, políticas e culturais. São dimensões que caracterizam sua territorialidade.

Produzidos no contexto da Amazônia, identificada como tocantina, estudos de caso, entre eles o de Araújo e Souza (2013), têm demonstrado que na formação desse território identificam-se dois padrões de desenvolvimento: por um lado, nota-se uma clara tendência a um processo dirigido pela pedagogia dos projetos de crescimento econômico, o que amplia as desigualdades socioeconômicas e os conflitos ambientais na região. Em paralelo, percebe-se outra dinâmica, que não raro conflita e disputa a produção de um espaço público com aquela tendência. Os traços mais relevantes desta última são encontrados especialmente em ações, cujos atores e movimentos sociais possuem vínculos com a agricultura fa-

miliar, com a pesca artesanal e os pequenos e médios empreendimentos econômicos de base comunitária, dinâmicas que resistem à desestruturação de bases produtivas tradicionais da região, sobretudo causada pela instalação do Pólo Minerio-Metalúrgico de Barcarena (ALBRAS/ALUNORTE); da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e de agroindústrias incentivadoras da monocultura enquanto padrão produtivo e da concentração de propriedade, ora representadas especialmente pela dendeicultura vinculada à produção de combustíveis.

Para além da preocupação com dinâmicas de desenvolvimento, o que foi verificado no conjunto dos estudos de perspectivas socioeconômicas e geográficas referidos em dinâmicas nesta porção da Amazônia brasileira, também chamada Amazônia tocantina, o que está em questão no âmbito do presente artigo são ações e atores sociais coletivos, portanto, em processos indutores da formação de uma base social e associativista. Assim, o eixo que orienta esta reflexão e análise no território do Baixo Tocantins, no qual a referência ao município de Igarapé-Miri é emblemática, dado o protagonismo o confronto entre perspectivas e ações de desenvolvimento, onde grande parte dos sujeitos protagonistas de mobilizações vive ainda, é o processo no qual foram construídos as justificativas dos atores locais para o engendramento de novas organizações econômico-associativas nesse município, a partir dos anos de 1980. Sobretudo no fim desta década quando, de acordo com Philippe Léna,

um modelo alternativo de desenvolvimento está ganhando força na região amazônica, tentando unificar as preocupações ambientais e sociais [...] bem como substituir o modelo desenvolvimentista autoritário anterior. Estes dois modelos se enfrentam tanto no nível local como regional ou nacional e são objeto de lutas de interesses, lutas políticas e negociações (alianças, negociações...) que marcam profundamente a realidade regional (LÉNA, 2002, p. 09).

Este engendramento de iniciativas econômico-associativas, pela perspectiva da am-

bientalização e da territorialização, pôde emergir constituindo uma possibilidade de desenvolvimento local construída por atores locais, entre os quais se insere um dos autores deste artigo.

A rigor, buscou-se refletir sobre uma experiência social abordada pelo viés da “constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e seu território e na recusa de explicações ‘transcendentais’, cujas categorias e hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão” (CEFAI, 2011, p. 11). E nessa experiência, destaca-se o trabalho da ação pastoral católica.

Um dos elementos que precisa ser considerado em relação ao trabalho pastoral da Igreja Católica no Baixo Tocantins, em termos de orientação de suas práticas é a mudança produzida nas ações da Igreja Católica e a repercussão dessa mudança de orientação no Baixo Tocantins. Trata-se da aprovação de um novo Plano Pastoral, construído pelo clero da Prelazia como resultado de avaliação sobre o desempenho da Igreja assim como da realidade social e econômica que a desafiava. Com o redesenho de estratégias deu-se prioridade à criação de Comunidades Cristãs (CCs) e uma linha de crédito, destinada a apoiar projetos produtivos, como fomento à organização socioprodutiva. Vamos à origem dessa mudança.

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Conferência de Medellín, Colômbia), promovida pela Igreja Católica da América Latina, em 1968, representou um marco na trajetória da Instituição, não apenas pela possibilidade de reflexão sobre os desafios que a ela se impunham naquela conjuntura, mas, sobretudo, pelo que representaram as decisões tomadas no Encontro. Uma das principais, certamente, foi a de promover a criação das CEBs, enquanto núcleos que pudessem organizar pessoas para a experiência de vida em comunidade (CELAM, 1968). Segundo Dom José Maria Chaves dos Reis, ela é “o início de tudo”, no que se refere à reconfiguração da vida associativa no território do Baixo Tocantins. Para Dom José Maria,

O centro de tudo está na existência da comunidade de fé. *Ela* se reunia para celebrar a palavra, o culto dominical, para dar a catequese, mas para organizar os trabalhadores, as delegacias sindicais nas próprias comunidades [...] E ali se dava todo um treinamento para ajudar os camponeses a aprender ler e escrever [...] A Prelazia, na época, implantou a educação popular, principalmente *com base* no método de Paulo Freire [...], que era pra ajudar os camponeses a ler, escrever, refletir, discutir. (Entrevista com D. José Maria Chaves, Bispo da Diocese de Abaetetuba, realizada em 23 de dezembro de 2014 – grifos nossos).

Um trecho da narrativa de Daniel Cefai et al. (2011), em referência anteriormente indicada, consubstancia a noção de comunidade ora interpretada, o que dialoga com a categorização desse organismo enquanto ator. Para Cefai,

A ideia de comunidade tem igualmente uma ressonância que o Brasil partilha sem dúvida com outros países [...]. Ela foi objeto do desejo militante ou religioso durante o período da ditadura, escapando aos rigores do regime. Ela sustentou todo o *trabalho de educação popular*, cujos *métodos de conscientização* de Paulo Freire estão ainda nas memórias. Ela igualmente esteve no coração das práticas radicais da *teologia da libertação*, deste retorno ao da *Igreja dos pobres*, pela geração de padres, de Leonardo Boff e Dom Helder Câmara. A associação de referência foi, até o meio dos anos 1990, a Comunidade Eclesial de Base: ao mesmo tempo assembleia dos fiéis se reunindo para ler a Bíblia, discutir sobre a fé e celebrar os ritos, duplicando a forma da paróquia; e reagrupamento militante, ligado em rede às outras CEBs pela logística de Igreja, mobilizando-se para a gestão dos negócios locais, mas também na ocasião da Constituição de 1988 para articular grandes movimentos nacionais (CEFAI, et al., 2011, p. 23 – grifo nosso).

No cenário brasileiro, importa lembrar, o movimento de criação das CEBs e pastorais foi significativamente influenciado pela Teologia da Libertação (TL), sobe o protagonismo de

Leonardo Boff, Dom Helder Câmara e Frei Betto, entre outros. Uma realidade somente possível com a Lei da Anistia, já que parte dos operadores da TL era composta por ex-exilados.

Contudo, não foram apenas os fatores externos e a construção de um novo plano pastoral que alteraram os rumos da Prelazia. Como se sabe, em 1980, a Igreja iniciou um novo Prelado, com a chegada de Dom José Elias Chaves. Conforme indicam as evidências empíricas apreendidas em trabalho de campo, o pastoreio de José Elias foi sempre marcado por uma clara postura de defesa da vida e promoção da dignidade humana. Todas as fontes consultadas e os depoimentos colhidos no curso desta pesquisa referem-se a Dom José com uso de expressões fortes, como “grande líder”, “homem revolucionário”, “pastor intransigente frente às injustiças sociais”, “igual a ele não haverá outro”, etc. São referências, portanto, que expressam uma avaliação positiva das lideranças a respeito desse Bispo. É claro que não se pode ignorar o contexto histórico (de desafios que reclamavam posições bem mais radicais do que as de hoje) em que Dom José Elias governou a Prelazia. Todavia, sabendo-se que a Igreja Católica possui uma estrutura sobremaneira hierarquizada, avalia-se que o dinamismo pastoral que ele imprimiu na região foi decisivo para dar vazão a mudança de rota já desejada no plano de 1969, inclusive impondo certa ruptura nas relações de conveniência entre a Igreja e as elites políticas e mercantis (bem visíveis até esse período) examinadas por Valdomiro de Sousa (2002) no contexto de Cametá, mas que se reproduziam em outros cenários.

Assumindo essa diretriz, a Prelazia de Cametá desenvolveu diferentes ações de base, articuladas a outras de perfil mais estruturante, as primeiras voltadas especialmente à formação de recursos humanos. Entre elas se considerou significativo relatar as que seguem:

#### *Formação de animadores.*

Uma espécie de auxiliares diretos dos padres nas paróquias. Além do serviço pastoral, pelo menos até o final da década de 1990, con-



sidera-se que parte desses agentes leigos também cumpriu um papel importante de mobilização social e articulação política nas diferentes regiões que integram a Diocese de Cametá.

### *Educação popular.*

Uma das linhas de atuação pastoral mais valorizada pela Prelazia, certamente foi a formação de leigos. Neste campo, desenvolveu-se o que se poderia chamar de um programa de educação popular, com uso da abordagem pedagógica construída pelo professor Paulo Freire. Foram inúmeros eventos formativos realizados, dando conta de temas como liderança comunitária; técnicas em agricultura; formação de enfermeiras e parteiras; saúde e fé e política, entre muitos outros.

No rol de uma extensa pauta de atividades, a prioridade dada aos “cursos de liderança” chama a atenção. Essa formação era realizada todos os anos, nas diversas paróquias da Prelazia, atingindo a grande maioria das comunidades cristãs. Em meio a temas como “vivência da fé”, “ser gente” e “comunidade”, um específico é ilustrativo. Ele foi definido como: “libertação do homem e direitos humanos num mundo em mudança e desenvolvimento” (FRENCKEN, 2010, p. 468). Ressalvada a hipótese de incorrer em certo romantismo, interpreta-se que uma escolha de conteúdo como essa sinaliza a postura de um ator que se coloca, simultaneamente, enquanto sujeito da ação e mediador de uma dinâmica de transformação social. Acerca do papel de mediação cumpre, ainda, registrar a contribuição dada pelo Instituto de Pastoral Regional (IPAR) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) na produção dessas agendas.

Em um depoimento dado por entrevistada, Manoel Raimundo Pinheiro, advoga a favor da ideia de que houve, por parte da Prelazia, uma iniciativa planejada para criar as condições favoráveis a uma dinâmica de transformação social no território. Segundo ele, a formação de recursos humanos e o incentivo às lutas coletivamente assumidas pelas comunidades e movimentos representaram as prin-

cipais contribuições da Igreja. Manoel Raimundo lembra que, ainda no início da década de 1980, em Cametá, a Prelazia realizou uma “Missa de envio”, em cujos ritos o Bispo abençoava as lideranças e as enviava para uma missão. A partir daquele ato simbólico, grupos de agentes seriam formados, integrando-se ainda mais aos segmentos da agricultura, da pesca e da educação (conforme as afinidades), de modo a promover uma mudança substantiva nas estruturas vigentes em favor dos “pequenos”. (*Entrevista com Manoel Raimundo Pinheiro, ex-presidente da Colônia de Pescadores de Igarapé-Miri, realizada em 23 de dezembro de 2014*).

### *Assistência social sob o discurso da promoção humana*

Executado na forma de prestação de serviços às comunidades cristãs, o trabalho de assistência social da Prelazia promoveu ensaios de promoção humana, particularmente em duas áreas. No campo da produção, as atividades de orientação técnica aos agricultores e o incentivo a projetos produtivos, na modalidade de crédito informal, representaram as principais ações de assistência, ao mesmo tempo em que a Pastoral da Pesca também desenvolvia um processo de acompanhamento aos pescadores que, entre outros resultados, facilitou a conquista das Colônias sob o protagonismo desses atores. O fomento mobilizado pela Prelazia enquanto crédito assistido contribuiu (ainda que muito pontualmente) com o desenvolvimento econômico da região, por sua capacidade de promover inclusão socioprodutiva entre famílias empobrecidas. Encontram-se dois casos sugestivos dessa realidade no aumento da produção de pimenta do reino e cacau – concomitante ao incentivo à fruticultura e à criação de peixe – e na melhoria do consumo doméstico pela implantação de cantinas comunitárias, em diferentes municípios da região tocantina.

Estas cantinas funcionavam como comércios comunitários para compra e venda de gêneros alimentícios, produtos agrícolas e insumos cuja tarefa primeira era romper com a

dependência dos camponeses ao sistema de comercialização tradicional, diminuindo os custos de consumo das unidades familiares. Embora fossem pequenos empreendimentos comerciais, as cantinas constituíram-se organizações associativas, justificadas por suas características: a) eram formadas por associados (mais ou menos entre 15 e 20 em cada unidade); b) desenvolviam atividades de organização social e formação política (de certo modo difundido os valores do associativismo especialmente no que tange ao trabalho coletivo); e c) cumpriam uma função de representação dos trabalhadores, além de outra elementar: a atividade de comercialização em condições mais favoráveis.

O setor de saúde corresponde à segunda área social priorizada. De um lado, a Prelazia operava um mecanismo de assistência ambulatorial, de lógica curativa (a partir, por exemplo, do Hospital e Maternidade Santa Luiza de Marilac, em Cameté, gerido pela Congregação das Irmãs Filhas da Caridade). Mas, de outro lado, construía uma dinâmica de formação de recursos humanos oriundos das próprias comunidades, articulada ao que a Igreja chama de “educação do povo”: com outras palavras, uma sensibilização sobre os cuidados que toda pessoa deve tomar para garantir sua saúde. Estes dois últimos movimentos eram liderados por uma equipe central dedicada ao trabalho preventivo e de cujo empenho em formar emergiu uma categoria profissional muito importante para as comunidades: os agentes comunitários de saúde.

Entre o fim dos anos de 1970 e por toda a década de 1980 um tema, em especial, ocupava grande parte do tempo e da atenção daqueles sujeitos: a questão do direito ao uso da terra. Certamente um dos problemas mais relevantes nesse período. Assim como no cenário nacional, conflitos agrários multiplicavam-se em nível regional, como o de Anilzinho, região situada às margens de um rio com o mesmo nome, no interior do município de Baião.

O fato que ficou conhecido como *conflito de Anilzinho* veio à tona em 1979 (curiosamente por dentro do regime civil-militar),

manifesto em uma disputa entre os camponeses residentes na área e grileiros vindos do Sul do país, depois da abertura da estrada Transcarnetá (que liga este ao município de Tucuruí). Naquela ocasião, a comunidade de Anilzinho oferecia certa riqueza de castanhais e seu chão era considerado terra devoluta, o que certamente animou tais “aventureiros” a impor seus interesses de apropriação daquele território. Um relato de Padre Tiago – um dos representantes da Prelazia de Cameté que mais de perto acompanharam o caso –, citado por Sousa (2002), é esclarecedor nesse sentido. Tiago conta que

apareceu um homem de nome Tião querendo ocupar toda a área, *mas*, não conseguiu porque o povo resistiu. Então ele vendeu a terra para um fazendeiro do Sul, que deixou como capataz o Gustavo [...] *Este* pediu apoio à juíza de Tucuruí, que mandou dois caminhões e dois jeeps com soldados armados *com* fuzis e metralhadoras [...] *Eles* embarcaram todos os homens nos caminhões, levaram para Tucuruí e os soltaram na rua [...]; derrubaram as casas, destruíram as plantações; as mulheres fugiram de suas casas [...] *Então* os posseiros me procuraram para resolver o problema. Orientei que construíssem um barracão que comportasse 200 pessoas para fazermos reunião e discutir o problema [...] Assim, realizou-se o primeiro Encontro Anilzinho (SOUSA, 2002, p. 138 – grifos nossos).

Depois deste avento, realizado nos dias 10 e 11 de julho de 1980, no local do conflito, outros dez encontros foram promovidos, sendo o último deles em Igarapé-Miri, no início dos anos 1990. Toda essa mobilização permitiu que os camponeses continuassem na área, tornando-se vitoriosos de uma luta tensa e desafiadora. Esse parece ser o resultado mais importante do caso, mas, há outro também muito relevante: os aprendizados produzidos na ambientalização do conflito, a partir dos quais a organização dos trabalhadores rurais e das comunidades cristãs ganhou força e uma nova dinâmica política tomou corpo na região.

O caso Anilzinho, bastante marcado pelas transformações ambientais trazidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, marcou a memória dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e influenciou a postura eclesial que desde então a Prelazia de Cametá assumiria quando desafiada a tomar partido diante das resistências e lutas populares pelo direito à terra. O conflito, originado na disputa pela posse do lugar (o que colocava em pauta o debate sobre a sobrevivência das populações locais), animou a Igreja a implantar um serviço pastoral exclusivamente para apoiar os camponeses: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aquela momento marcava a adesão da Prelazia ao movimento (nacional) de oposição sindical que, sob sua liderança, ocuparia a cena política no Baixo Tocantins por mais de uma década.

Em estudo sobre realidades que conformam o mundo camponês da região do Baixo Tocantins, a partir de uma inflexão sobre aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes à formação desse território, Rogério Almeida (2010) iguala o fenômeno de Anilzinho ao da Cabanagem, por ele qualificado como primeiro movimento que levou os oprimidos ao poder, portanto, um dos “momentos mais significativos na trajetória de insurgência do período regencial do Brasil” (p. 294). Para Almeida,

o movimento do Anilzinho se constitui como um marco recente do campesinato do Baixo Tocantins, [tendo sido] o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores alinhados politicamente como o “novo sindicalismo” [...]. Constituiu um fato importante no processo de adesão da Igreja Católica local à luta pela terra que já iniciara em diversas regiões do Brasil e sobre a qual a Igreja manifestou-se publicamente, por meio do documento “Igreja e problemas da terra” (ALMEIDA, 2010, p. 295 – grifos nossos).

Sob a ótica do presente trabalho, a abrangência e densidade da pauta que orientou os debates acerca de Anilzinho representam um estímulo à imaginação sociológica

(MILLS, 1975): de fato, tem-se uma matriz constitutiva de um movimento animado por um programa de vida. Por isso, os encontros produzidos para animar o movimento, ao se configurarem tanto como momentos de estudo e reflexão, quanto de planejamento e mobilização dos trabalhadores, permitiram às comunidades se identificarem com a Teologia da Libertação, na cumplicidade do entendimento de que a vivência da fé cristã implica necessariamente compromisso com a transformação das estruturas sociais injustas – um dos princípios fundamentais da TL.

Como centralidade daquelas discussões, três linhas foram identificadas: 1) a questão da terra, propriamente dita, e o que dela deriva enquanto ideário – lugar de todos/bem coletivo, da comunidade; espaço de produção a partir do qual se pode garantir a sobrevivência; território que reclama uma reforma agrária, desde agora, a começar pelas mãos dos camponeses; 2) o fortalecimento das comunidades por meio do trabalho coletivo e a reconfiguração do sindicalismo rural (com a “tomada” dos sindicatos pelos trabalhadores) e; 3) a luta política, como instrumento capaz de viabilizar a conquista de políticas sociais para o campo. Essa agenda tornou-se não apenas um discurso orientador das ações do movimento, mas os seus objetivos de luta, chegando a constituir uma “Lei” interna – a *Lei Anilzinho*, elaborada por ocasião do primeiro encontro de mesmo nome.

É bom considerar que nos eventos iniciais adotou-se uma postura radical em se tratando de relações “da porteira pra fora” (nenhum agricultor deveria acessar crédito bancário, pois, poderia ficar inadimplente e comprometer a posse da terra) e que desconsiderava bases legais que regem a vida em sociedade (a possibilidade de usar violência e armas – se preciso – para defender a permanência dos camponeses no lugar). Entretanto, no curso da caminhada, dois fatores ajudaram a relativizar essa orientação: i) o resultado do conflito inicial, com a vitória dos posseiros, o que eliminou a necessidade de novos enfrentamentos e; ii) a ininterrupta conquista dos sindicatos, exi-

gindo do movimento uma revisão da estratégia – a luta agora não era mais para garantir os instrumentos institucionais e, sim, acessar as políticas públicas. Nesse sentido, as decisões do penúltimo Encontro Anilzinho, realizado em Pacajá (Região Transamazônica), em outubro de 1991, superaram o viés classista de enfrentamento com o Estado, reorientando as lideranças para uma nova postura: agora de articulação dos trabalhadores tendo em vista o acesso aos recursos públicos, especialmente ao crédito rural. Essa mudança de rota, na verdade, legitimou uma tendência já iniciada na região, decorrente dos resultados do segundo Grito da Terra (ocorrido dois meses antes daquele encontro), que permitiram a agricultores do Baixo Tocantins negociar os primeiros financiamentos do FNO para a região. Aquele era o início do fim da dependência dos agricultores familiares ao fomento produtivo da Igreja, advindo do crédito informal.

A história de Anilzinho pode ser considerada momento inicial de experiências em um contexto de ambientalização dos movimentos sociais no território do Baixo Tocantins, à medida que nelas são encontradas marcas de um lugar reivindicado pelos atores e por eles apropriado com vistas a um desenvolvimento diferenciado de uma lógica controlada pelo mercado e não pelos imperativos de uma produção orientada em primeiro lugar para a garantia de condições dignas de reprodução da vida “dos pequenos”. Quando do conflito pela posse da terra, a luta na qual se engajaram aqueles sujeitos é indicativo de uma habilidade em criar laços de solidariedade, construir estratégias pactuadas com outros atores sociais e se beneficiar dos aprendizados coletivos. Com essas características, tais sujeitos se destacam pela mobilização em defesa de direitos vinculados à reapropriação social dos meios de produzir, de resistir e de viver em um ambiente controlado pelas iniciativas produtivas dos Grandes Projetos de Desenvolvimento.

É exatamente nesse contexto que uma agenda coletiva e a luta política no campo institucional é assumida, não somente de reivindicação pelo direito à terra, mas como possi-

bilidade de também influenciar nos rumos do desenvolvimento regional. Por isso entendiam que participar da gestão de sua entidade representativa era uma condição fundamental para garantir que o sindicato assumiria uma postura combativa frente ao Estado na luta por direitos, pois, argumentava-se que o modelo de sindicalismo rural vigente não representava os interesses das comunidades. Mediados pela ação da Prelazia e incomodados com o conflito agrário, os atores de Anilzinho aderiram ao movimento de oposição sindical, que nesse período ocupava parte da cena pública nacional.

Ao longo dos anos 1980 produziu-se ampla mobilização no Baixo Tocantins, a fim de instrumentalizar os trabalhadores rurais para o enfrentamento com grupos tradicionais detentores da gestão sindical. Importa considerar que havia uma estreita relação entre a estratégia para ganhar o sindicato e a articulação em prol da conquista das colônias de pescadores, concebida no âmbito do trabalho da Pastoral da Pesca. O resultado mais concreto foi a chegada desses sujeitos às direções de todos os STRs e Colônias de Pescadores do território, até o final dessa década.

O discurso construído pelas lideranças para influenciar as bases evidenciava a necessidade de (i) tomar parte dos grandes debates sobre a vida no campo, como a discussão sobre a reforma agrária; (ii) o desafio de incidir na agenda do Estado e; (iii) o interesse em contribuir com a construção de um “novo sindicalismo”. Uma definição utilizada por um conjunto de autores como Boito Júnior (1991), Rogge (1996), Grzybowski (1990) e Sader (1995), entre outros, para um movimento de oposição sindical que emergiu no Brasil na década de 1980, notadamente vinculado à estratégia de criação da CUT.

A adesão dos trabalhadores ao movimento e, em última análise, o alcance dos objetivos mostram que a retórica funcionou enquanto justificativa, animando o que em estudo recente encontrou-se razão para considerar como um processo que “possibilitou iniciar a desestruturação do domínio dos agentes políticos vinculados ao poder governamental



e as oligarquias locais, portanto, impedindo o uso das organizações sindicais como aparelho de manipulação” (ARAÚJO e SOUZA, 2013). Assim, é possível inferir, a partir da realidade histórica do Baixo Tocantins, que no contexto de Anilzinho igualmente foi construída uma disposição de produzir – no plano das ideias e das práticas – outro sindicalismo, “novo” enquanto projeto e pedagogia institucional.

Analisa-se que, em perspectiva histórica, as ações até aqui interpretadas refletem uma capacidade de liderança da Prelazia de Cametá, estrategicamente operada por seus agentes de pastoral, que criou as condições para a mobilização de atores, formação política e resistência popular pela conquista de direitos, produzindo impactos positivos na trajetória de vida das comunidades. Não constitui exagero considerar que, nesse contexto, aquelas iniciativas abriram caminhos para um processo de politização dos sujeitos e suas organizações vivenciadas em ambiente de ação no qual uma racionalidade coletiva foi mais decisiva do que uma racionalidade da escolha individual (OLSON, 1999).

Por outro lado, um elemento ímpar no curso dessas ações diz respeito à competência dos homens e mulheres das comunidades em ganhar autonomia, enquanto ainda se encontravam tutelados pela Igreja. Aos poucos eles foram se constituindo sujeitos políticos, sem deixar a condição de fiéis. Pelo contrário, como cristãos, gradativamente foram afirmando-se como categoria social, para mais tarde assumir uma luta de classe.

Interpretado no âmbito do que lhe justifica, esse exercício mobilizatório e de construção social constituiu-se instrumento dos trabalhadores para gerar lutas coletivas que permitissem, imediatamente, a posse da terra e a possibilidade de nela produzir e, num segundo tempo, a garantia de direitos fundamentais, entre eles a alimentação, a saúde e a educação pública.

Essa conjuntura promoveu grande estímulo a práticas associativas geralmente vivenciadas por núcleos familiares, entendidas enquanto experimentação social que se notabili-

zou depois da primeira metade dos anos 1980, quando se têm registros da elaboração de atividades de base comunitária – em diversos contextos do mundo amazônico – na forma operacional de revenda, cantinão, caixa agrícola etc., como uma retomada das organizações econômicas coletivas, naquele tempo empreendidas para satisfazer necessidades de consumo e fomento produtivo (ARAÚJO, 2012; SOUZA 2011; ARAÚJO & SOUZA, 2013). Um movimento, portanto, originário do mundo rural, assentado no extrativismo, na agricultura familiar e na pesca artesanal.

Tudo isso justifica a compreensão de que “a conjuntura de luta política” – a princípio contra o regime autoritário e, posteriormente, como tentativa de superação da cultura paternalista, clientelista e patrimonialista – “na região amazônica influenciou decisivamente a formação socioterritorial do Baixo Tocantins”, sobretudo com o registro em seu histórico de importantes processos econômicos de base associativa “pautados na experimentação de um diferente mundo do trabalho”, enquanto ensaio de *outro* desenvolvimento (SANTOS, 2002) cujos valores possam superar aqueles que sustentam o capitalismo (ARAÚJO e SOUZA, 2013).

Pelo exposto evidencia-se a produção de um território em movimento animado pelos referenciais do desenvolvimento sustentável, sob a condução dos trabalhadores e suas organizações. Os sinais mais imediatos dessa mobilização estão inscritos nas ações de atores oriundos da agricultura familiar e da pesca artesanal, a maioria optante pela vida associativa como forma de atuar na sociedade. Qualifica-se, ainda, enquanto “modelo” que contrasta com outro padrão de desenvolvimento historicamente instalado no Baixo Tocantins: aquele pautado em grandes projetos, marcado por elevados indicadores de concentração de renda, desigualdades econômicas e conflitos socioambientais.

Considera-se, portanto, que as dinâmicas experienciadas pelos agricultores e suas lideranças, considerando ainda os efeitos gerados por essa mobilização, constituem o Bai-

xo Tocantins como um território de ação. Isso porque, de modo sistemático, observou-se uma trajetória concebida, engendrada e dirigida localmente por atores que, ao se inserirem numa arena pública, contribuíram com a organização da sociedade local. Mas não o fizeram gratuitamente, como em qualquer outro jogo aproveitaram-se do protagonismo exercido para conquistar certos benefícios enquanto movimento social. Respeitadas as contradições, todavia, desse contexto emergiram novas formas de relações sociais e de produção depois configuradas como fortalecimento da base produtiva regional sob influência de certo capital social e político. Assim, entendidas as condições estruturais e orgânicas do fenômeno estudado, sugere-se que a recente formatação do Baixo Tocantins o qualifica como um território de ação e de desenvolvimento sustentável (TEISSERENC e TEISSERENC, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinada sob o conceito de território, a formação do Baixo Tocantins explica-se por uma densidade de mobilizações de atores coletivos e processos de politização dos movimentos capitaneados por influência desses sujeitos. Cada uma à sua maneira, as ações inscritas nesse campo (BOURDIEU, 2004) e por ele engendradas, têm produzido um mundo particular – o da vida associativa – marcando em certa medida o tecido social, político e econômico de uma Amazônia plural.

Os arranjos institucionais sucedidos em decorrência dessa conjuntura regional nunca foram homogêneos, ao contrário, sempre estiveram mergulhados em contradições, conflitos e constrangimentos, em última instância geradores de disputas, ora entre os agentes pesquisados e seus opositores, outras vezes no interior do próprio movimento. Na outra face, são tecidos que informam alianças e negociações cuja costura tem sido possível nos instantes em que os objetivos de grupo superaram os interesses individuais.

Exatamente nesse contexto é preciso admitir que o papel exercido pela Prelazia de Cametá – quer seja enquanto fomentadora de relações sociais e de produção, ou mediadora de processos políticos –, desde o final da década de 1960 até pelo menos a metade dos anos 1990, imprimiu talvez as maiores características do que hoje se conhece como o lugar Baixo Tocantins. *Stricto sensu*, as ações empreendidas pelas comunidades cristãs e pastorais da Igreja – portanto, apoiadas nas doutrinas da instituição que representam – podem ser denotadas, simultaneamente, como a base inicial da experiência de associativismo e formação de movimentos sociais na região. No primeiro caso, significa dizer que a origem dos empreendimentos associativos está diretamente relacionada com a trajetória das comunidades, em função das dinâmicas que decorrem do seu modo de vida, no sentido atribuído por Daniel Cefaï (2011, p. 23). Por outro lado, é preciso considerar também que os aprendizados adquiridos por diversas lideranças comunitárias no exercício da militância pastoral – sobretudo em relação ao trabalho coletivo e à solidariedade –, acompanhados das exigências socioambientais a elas impostas pelo desafio do desenvolvimento, constituíram localmente os primeiros estímulos aos movimentos sociais. Movimentos sociais, os quais, conforme indicado por Maria da Glória Gohn,

não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades, pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Muitos deles apresentam um ideal civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática, suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. [...] Há neles, na atualidade, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo; autonomia entendida como inserção e

inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania. Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas (GOHN, 2013, p. 16).

No que tange ao Baixo Tocantins, os movimentos sociais de que se falam são, fundamentalmente, aqueles mobilizados pelos camponeses – agricultores familiares e pescadores artesanais –, desde o conflito de Anilzinho. Por vezes, os valores constituídos a partir desta experiência de ambientalização podem ser interpretados como os referenciais programáticos que inspiraram a oposição sindical dos anos 1980 (SOUSA, 2002).

Sob esse ponto de vista, o contexto de Anilzinho forjou elementos ideológicos para um novo sindicalismo em ambiente amazônico (BOITO JÚNIOR, 1991; ROGGE, 1996; SADER, 1995), refletindo uma fase transitória na dinâmica da agricultura, ao possibilitar que seus agentes se despojassem da condição de lideranças comunitárias sob a guarda da Igreja – embora não a tenham abandonado – para assumir a qualidade de atores que participam da cena política que os envolve e nela se tornam jogadores, agora dispostos a produzir o espaço público de quem também são produtos.

Tais evidências confirmam que, em se tratando de ambiente amazônico, os processos de ambientalização dos movimentos sociais não raro se fazem acompanhar por dinâmicas de territorialização, à medida que estes sujeitos produzem ações públicas. Historicamente, os conflitos dos quais decorreram os principais desafios socioeconômicos e políticos impostos aos grupos sociais quando empenhados em constituir seu espaço de vida têm lhes permitido elaborar uma racionalidade coletiva que os faz conceber/assumir objetivos comuns, às vezes imersos em tensões e divergências. São grupos que se constituem enquanto tal a partir de uma relação de pertencimento estabelecida com o território que eles reivindicam, adotado como referência de luta e militância. Ao lado dessa atitude há, como bem registrou Pierre Teisserenc, a “reivindica-

ção de um estatuto social e político e do reconhecimento identitário e da cultura que esta identidade mobiliza” (2010, p. 153).

E tal estatuto reivindicado, a partir do acompanhamento do Projeto Mutirão, da CAEPIM e do trabalho da pastoral católica, ancorou-se na resistência, fortalecimento da organização social no meio rural e na produção para viver, como valores a informar e justificar motivações e ações constitutivas do Baixo Tocantins como um território pertinente de ação local a partir do qual se projetou empreendimentos econômico-associa-tivos que indicaram uma sintonia com outra proposta de desenvolvimento. Uma proposta, no entanto, fortemente abalada hoje com o recrudescimento dos interesses e investidas econômicos e políticos contrários a um desenvolvimento que seja socialmente inclusivo e ambientalmente adequado.

Recebido em: 08/01/2016

Aprovado em: 31/05/2016

ABRAMOVAY Ricardo e BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Belo Horizonte: *Nova Economia*, 14 (3)\_35-70\_setembro-dezembro de 2004.

ALMEIDA, Rogério. *Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins*. São Paulo: Estudos Avançados 24 (68), 2010.

ARAÚJO, Isaac Fonseca. Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local: de movimento à política pública – reflexões com base na trajetória de Igarapé-Miri (PA). In: LÓPES, José Daniel Gómez e BARBOSA, Maria José de Sousa. *Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)*. Espanha: OfiBOOK, 2012.

ARAÚJO, Isaac Fonseca e SOUZA, Armando Lírio. Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: o caso de Igarapé-Miri, Território do Baixo Tocantins/Pará. Belém: *Novos Cadernos NAEA*. v. 16, n.1, p. 43-67, jun. 2013.

- BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- CEFAI, Daniel et al. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.
- CELAM – II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Conclusões de Medellín (Bispos da América Latina)*. São Paulo: Paulinas, 1968.
- FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão: os padres da Congregação da Missão (Lazaristas) no Nordeste e Norte do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- HAESBAERTH, Rogério. *Territórios alternativos*. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2006.
- LÉNA, Philippe. *As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições*. Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº. 01, 2002.
- LEFF, Henrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- LITTLE, Paul Elliot. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade*. Brasília: UNB, 2002. Série Antropologia.
- MAGALHÃES, Sônia et al. *Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental*. Belém/PA: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012.
- MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/Região de Integração Tocantins*. Belém: NAEA/UFPA, 2010.
- ROGGE, Jan. *A ascensão do sindicalismo rural no Nordeste Paraense: movimento novo, estruturas velhas*. Dissertação (Mestrado) – Lateinamerica-Institut Freie Universität Berlin, 1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.
- SOUZA, Armando Lirio. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)*. 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- TEISSERENC, Pierre. *Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira*. Tradução de Maria José da Silva Aquino. Niterói, RJ: Antropolítica, nº. 29, p. 153-179. 2. sem. 2010.
- TEISSERENC, Pierre e TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Território de Ação Local e de Desenvolvimento Sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro. *Revista Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 97-125, jun. 2014.
- TOURAINÉ, Alain. *A sociologia pública e o fim da sociedade*. Salvador: Caderno CRH, v. 22, n. 56, p. 245-254, maio/ago. 2009.